

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Reforma da Previdência do Estado prevê alíquota extra

SERVIÇO PÚBLICO Porcentual é previsto na PEC apresentada pelo governo e será usado de modo temporário apenas em caso de “colapso” previdenciário; precisa, porém, ser regulamentado por lei

SERVIÇO PÚBLICO Porcentual é previsto na PEC apresentada pelo governo e será usado de modo temporário apenas em caso de “colapso” previdenciário; precisa, porém, ser regulamentado por lei

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

A proposta de reforma da Previdência golana prevê a autorização para que governo e demais Poderes apliquem, sobre os vencimentos de servidores públicos, uma alíquota extraordinária, além dos 14,25% já pagos atualmente, no caso de déficit previdenciário no Estado. A alíquota deve variar até 8%, de acordo com a faixa salarial dos servidores.

A nova alíquota está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que será enviada à Assembleia Legislativa em breve e não é automática, mas poderá ser usada de modo temporário apenas em caso de “colapso” previdenciário e precisa, antes, ser regulamentada por lei. Como já havia informado O POPULAR em 7 de outubro, o governo deve enviar, além da PEC, outros quatro projetos de lei a respeito do assunto, sendo duas ordinárias e duas complementares.

O governo garante que a alíquota de 14,25% não mudará, que não haverá progressividade e que não há garantia de que o expediente da alíquota extraordinária será utilizado. Contudo, a



Proposta de reforma da Previdência de Goiás foi apresentada ontem pelo governador Ronaldo Caiado

situação atual, como já afirmado pelo próprio governo, é de caos nas contas da Previdência, cujo déficit mensal passa dos R\$ 200 milhões – o déficit previsto para este ano é de R\$ 2,9 bilhões.

MESMAS REGRAS

A proposta de reforma da Previdência de Goiás foi apresentada ontem pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) a deputados estaduais e federais e presidentes de Poderes. A reunião, realizada no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, não foi aberta à imprensa. A reportagem conseguiu apurar, porém, que a PEC a ser enviada à Assembleia deve seguir os mesmos critérios da federal, que já está pronta para votação em segundo turno no Senado – a golana, porém, só poderá tramitar após publicação da federal, visto que a estadual remete diretamente a ela.

Segundo essa lógica, a PEC deve estipular, por exemplo, ida-

Média de aposentadorias por órgãos

Executivo: R\$ 6 mil

Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO): R\$ 16 mil

Assembleia: R\$ 16,4 mil

Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO): R\$ 18,5 mil

Ministério Público de Goiás (MP-GO): R\$ 27,9 mil

Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO): R\$ 29,8 mil

Fonte: Governo do Estado

des mínimas de 62 e 65 anos para mulheres e homens, respectivamente, além do mínimo de 25 anos de contribuição, dez anos de serviço público e cinco anos no mesmo cargo para que servidores públicos se aposentem.

Essas regras são aquelas válidas apenas para os servidores públicos federais, já que a reforma federal também mexe no regime geral de Previdência, válido para trabalhadores da iniciativa privada, categoria que a refor-

ma estadual não afetará.

O projeto também deve estabelecer, como adiantou O POPULAR em 21 de setembro, teto de aposentadoria para servidores no limite do INSS, atualmente em R\$ 5,8 mil. Se quiser um ganho maior em seu benefício, o servidor precisará contribuir a mais, via Previdência Complementar, como já ocorre com os servidores que entraram no serviço público a partir de 2017.

A reunião em que foi apresen-

tada a proposta inicial foi marcada pela apresentação de dados por parte do economista e especialista em Previdência Paulo Tafner, que presta consultoria para o Estado na formatação de sua proposta de reforma, e do presidente da Golás Previdência (Golasprev), Gilvan Cândido. Os dois mostraram números do déficit previdenciário estadual.

Um dos dados mostrados foi a média de aposentadorias pagas em cada órgão ou Poder do Estado, de acordo com dados enviados à Golasprev. Enquanto a média no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que rege as aposentadorias dos trabalhadores da iniciativa privada, é de R\$ 1,5 mil, a do Executivo é R\$ 6 mil, a do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), R\$ 16 mil; a da Assembleia Legislativa, R\$ 16,4 mil; a do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), R\$ 18,5 mil; a do Ministério Público de Goiás (MP-GO), R\$ 27,9 mil; e a do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), R\$ 29,8 mil.

PODERES

Ao POPULAR, o procurador-geral de Justiça, Aylton Vecchi, diz que os números preocupam e que isso pode “impactar diretamente nos benefícios futuros e naqueles que hoje são pagos.” “Se nós não adotarmos uma postura em relação ao que hoje existe, não temos como afirmar que os próximos aposentados receberão seus benefícios. Então, é uma questão simples: os números demonstram a necessidade de um ajuste.”

Já o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), afirma que a discussão é necessária. “Precisamos começar a debater isso, até mesmo para estancar o crescimento grande do déficit. Ninguém consegue sobreviver com prejuízo.”

“Precisamos começar a debater isso, até mesmo para estancar o crescimento grande do déficit”

Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia Legislativa

“Proposta é adequada”, diz secretário de Previdência

“A proposta é adequada e indispensável para o Estado.” A fala é do secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rollim, que participou da reunião de apresentação da proposta de reforma previdenciária estadual, ontem, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Ao POPULAR, ele afirmou que “Goiás, assim como boa parte dos Estados, tem déficit previdenciário elevado.” “E

que vai crescer ainda muito nos próximos 15 anos.”

Ele diz ser fundamental que o Estado “adote as mesmas regras que a PEC 06 (Proposta de Emenda à Constituição) está adotando para a União e também adote outras medidas de custeio” também previstas na PEC que tramita no Senado Federal. “Isso será muito importante para reduzir o déficit e tornar a Previdência do Estado mais sustentável”, relatou.

PREFEITURAS

Como mostrou O POPULAR na edição de ontem, entidades representativas das cidades goianas solicitaram ao governador Ronaldo Caiado (DEM) que haja inclusão dos municípios goianos na reforma da Previdência. Ainda não se sabe como isso será feito. A possibilidade é de que os municípios façam a adesão por meio de lei ordinária aprovada nos municípios.

O assunto foi levantado on-

tem, durante reunião do democrata com deputados estaduais e federais e representantes dos outros Poderes. Caiado não concedeu entrevista, mas, pelo Twitter, disse que consultou os demais Poderes sobre o assunto e que eles “concordaram com o pedido de prefeitos para serem incluídos na Reforma da Previdência.”

Uma reunião deve ocorrer na terça-feira, às 14 horas, para debater o assunto com a Asso-

ciação Goiana de Municípios (AGM), a Federação Goiana de Municípios (FGM) e prefeitos. Segundo o democrata, “Goiás será o primeiro Estado a incluir as prefeituras na Reforma da Previdência, a pedido dos prefeitos.”

Segundo o governo, apenas após a reunião, a proposta deve ser enviada à Assembleia na terça-feira (22). A previsão inicial era de que o texto chegasse à Casa na segunda-feira (21).



Fio Direto

SUELY ARANTES

TCE julga ilegal dispensa de licitação de mais de R\$ 1,4 milhão na Educação

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás julgou ilegal a dispensa de licitação para contratação da empresa Attende Call Center & Telemarketing para prestação de serviços de implementação de central de atendimento para atuar durante o processo de matrícula informatizada no valor estimado de R\$1,48 milhão. Também foi considerada ilegal a “regularização da despesa”, no valor de R\$ 822.517,47 – conforme constatado pelo Serviço de Análise Prévia de Editais e Licitação – por meio do Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira (SiofiNet) – sem cobertura contratual e sem observância dos estágios da despesa pública. Foi determinada, ainda, a realização de Tomada de Contas Especial para identificar os responsáveis e quantificar o dano ao erário. O relatório do conselheiro Edson Ferrari foi aprovado por maioria na sessão desta quarta-feira (16/out) com voto divergente do conselheiro Kennedy Trindade. A Secretaria de Estado da Educação, que tinha Thiago Peixoto como gestor à época, declarou dispensa de licitação para contratação da Attende Call para instalar central de atendimento, teleatendimento, receptivo e ativo; back office; elaboração de implantação de roteiros, fluxos de atendimento, rotinas de trabalho e atendimento eletrônico via URA, pelo período de 70 dias. O Serviço de Análise Prévia de Editais e Licitação concluiu que as justificativas apresentadas não eram suficientes para demonstrar a presença dos requisitos que autorizavam a formalização da contratação direta emergencial. Segundo a unidade técnica, não houve demonstração da existência de urgência concreta e efetiva da contratação; de que o risco fosse iminente e especialmente gravoso ou de que a “contratação direta fosse o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco detectado”.





Governo enviará à Assembleia proposta de legislação de licenciamento ambiental

Projeto está em fase final de elaboração na Semad e será destinado para apreciação dos deputados nas próximas semanas. Meta do governador Ronaldo Caiado é a modernização do setor



Secretária de Meio Ambiente, Andréa Vulcanis, ao lado do governador Ronaldo Caiado e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles: “O grande gargalo, de fato, é a organização de fluxos e conteúdo de análise dos impacto ambientais e estamos reduzindo a subjetividade ao máximo”

O Governo de Goiás trabalha os últimos detalhes da nova legislação de licenciamento ambiental que será enviada para a Assembleia Legislativa nas próximas semanas. Meta do governador Ronaldo Caiado desde o início da gestão, a desburocratização e a modernização do setor, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), colocará Goiás como referência nacional.

Presente na 9ª edição do Seminário sobre Comunidades Planejadas, Loteamentos e Desenvolvimento Urbano (Complan), ao lado do governador Ronaldo Caiado e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a secretária Andréa Vulcanis destaca que o projeto de lei do governo tem potencial para destravar cerca de R\$ 10 bilhões em investimentos hoje retidos por conta da burocracia normativa.

“Mapeamos cerca de 500 normas, leis, portarias, resoluções, muitas delas que se chocam, outras que nem na secretaria estavam”, afirma a secretária. “Trata-se de um cipoal de normas, que traz dificuldades para os analistas durante o processo”, aponta.

De acordo com Andréa Vulcanis, “quando assumimos a secretaria encontramos uma fila de 4 anos, um universo de mais de 3 mil processos, cada um com 5 a 6 mil páginas em papel”. Segundo ela, “ao longo destes meses, vimos reestruturando isto”.

A mudança trabalhada pelo governo tem, além do projeto de lei a ser enviado à Assembleia Legislativa, uma ampla reestruturação do sistema atual para que seja feita uma transição de modelos de for-

ma harmônica - desde abril todos os novos pedidos de licenciamento feitos na Semad já são 100% digitais.

“Uma legislação que traga segurança jurídica resolve 20% do problema. No entanto, nós identificamos que o grande gargalo, de fato, é a organização de fluxos e conteúdo de análise dos impacto ambientais”, disse a titular da Semad. “Estamos reduzindo a subjetividade ao máximo, destacando impacto por impacto, por tipo de empreendimento, produzindo listas de documentação, tudo para que empreendedor e analista sejam dirigidos e orientados pelo próprio sistema”, afirma Andréa Vulcanis.

A equipe técnica da Semad estabeleceu, ainda, uma “árvore de deci-

são normativa”, como classifica a secretária, “que vai dirigir a análise do analista pelo conjunto de normas, o que garante segurança jurídica e, ao mesmo tempo, agilidade e eficiência, ao reduzir o campo de subjetividade e incertezas”, diz Andréa Vulcanis.

O ministro Ricardo Salles fez elogios à iniciativa do Estado de Goiás e apontou que desenvolvimento e gestão ambiental não podem ser termos rivais na sociedade. “Quanto mais tecnologia e informação, mais conseguimos dar respostas técnicas, profundas, estruturadas, acima de tudo, mais céleres. Debates como estes que estão sendo feitos aqui são a orientação para o caminho que deve seguir o tema do licenciamento”,



TRANSPORTE ESCOLAR

Caiado quita dívida de R\$ 62 mi herdada da gestão José Eliton

DA REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado assinou, na sede da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), acordo para o pagamento de mais de R\$ 62 milhões de dívidas de 2018, referentes ao Transporte Escolar, com as prefeituras goianas. A quitação será feita de forma parcelada. Com relação a 2019, o Governo de Goiás tem mantido rigorosamente em dia os repasses aos municípios dos valores destinados ao transporte dos estudantes.

A dívida total com transporte escolar deixada pela gestão anterior era de R\$ 72 milhões. Parte já foi paga em fevereiro. Agora, os R\$ 62 milhões restantes serão divididos em quatro parcelas. O pagamento de duas parcelas

está programado para o próximo dia 21 de outubro e somam R\$ 20,7 milhões. As outras duas restantes serão quitadas em 22 de novembro e 22 de dezembro. Mais de 50 prefeitos compareceram ao auditório da Seduc para firmar o acordo.

A secretária da Seduc, Fátima Gavioli, agradeceu a presença das autoridades e comemorou o acordo que quita as dívidas da educação, referentes a 2018, com as prefeituras. "Fico feliz de ver que a sociedade de Goiás está percebendo o quanto é importante ter um governo austero e sério. E o Ronaldo Caiado tem demonstrado o quanto é fundamental ter uma boa relação com os prefeitos".

Presidente da Federação Goiana

dos Municípios (FGM), Haroldo Naves agradeceu ao governador Ronaldo Caiado pelo pagamento da dívida e considerou o acordo um avanço em meio à crise financeira das instituições públicas. "Estamos passando por graves dificuldades financeiras e o Estado também tem as suas dificuldades. Quitou o mês de dezembro com o funcionalismo público, agora paga o transporte escolar. Já havia quitado uma parcela, agora quita as quatro parcelas até o final do ano. Então, para nós, é um avanço grande e tenho certeza que mais para frente virão outros benefícios", destacou.

O governador Ronaldo Caiado fez questão de assinar o acordo de pagamento na Seduc. Esse foi seu primei-



Fátima Gracioli, Ronaldo e Gracinha Caiado e Haroldo Naves

ro compromisso público após passar por procedimentos médicos. "Depois do susto da semana passada, eu não poderia deixar de comparecer a uma solenidade que marca o fim de uma dívida que não corresponde à nossa gestão. Desde que assumi o Estado não atrasei nenhum dia do

repasso, tanto da saúde, educação e merenda escolar", ressaltou.

O governador explicou que recebeu o Estado com uma dívida total de R\$ 250 milhões somente na Educação, e destacou o apoio que tem recebido na tarefa de reconstruir e recuperar financeiramente Goiás.



Governo deve agilizar licenças

Ronaldo Caiado disse que morosidade no licenciamento ambiental trava R\$ 10 bilhões em projetos parados

Aline Bouhid

O governador Ronaldo Caiado e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defenderam a simplificação da legislação ambiental como condição para retomada do crescimento econômico. Discutiram questões como segurança jurídica, regularização fundiária, lei geral do licenciamento, concessões para unidades de conservação ambiental e retomada da agenda liberal. As declarações foram feitas durante palestra intitulada "Meio Ambiente em uma visão desenvolvimentista", na abertura de Seminário sobre Comunidades Planejadas, Loteamentos e Desenvolvimento Urbano do Brasil (Complan) na manhã de hoje (17), em Goiânia.

Durante sua fala, de aproximadamente quinze minutos, o ministro fez questão de ressaltar a importância da segurança jurídica. Para ele, as ocupações ilegais acabam não respeitando o Meio Ambiente. "Um dos maiores problemas que temos hoje é a ausência de regulamentação fundiária", disse Salles em referência à Amazônia. Este é um pleito antigo do ministro, desde que assumiu a pasta.

Além disso, Salles aproveitou para falar sobre a descentralização dos órgãos ambientais e defendeu o aumento de concessões das unidades de conservação como forma de



Ao lado do ministro Ricardo Salles, governador disse que "nada é mais prejudicial para o meio ambiente que o desemprego"

aumentar o turismo no País. "Temos potencial gigantesco com esse litoral e turismo pífio. Os principais destinos turísticos no País são concessionados", explicou. Salles aproveitou para ressaltar que o setor imobiliário é um dos grandes responsáveis pela retomada do crescimento do País. Ao final de sua fala, foi aplaudido de pé pelos participantes do Seminário. O evento é direcionado para proprietários de terrenos, investidores, incorporadoras, construtoras e outros.

Em coletiva para imprensa, o ministro falou ainda que tecnologias são aliadas do Meio Ambiente e que informatização é condição para respostas ágeis e técnicas. Sobre as manchas de óleo que poluem o litoral do Nordeste do País, o ministro afirmou que esteve ontem (16) em Sergipe e que, pela composição, o resíduo é de origem Venezuelana. De acordo com ele, a pasta tem trabalhado desde setembro para descobrir o que de fato aconteceu.

Para a imprensa, o governador

Ronaldo Caiado comentou que "nada é mais prejudicial para o meio ambiente que o desemprego". A fala veio como complemento aos dados apresentados sobre demora nos processos de licenciamento ambiental em Goiás.

"Temos em Goiás uma demanda de mais de 120 PCHs [Pequenas Centrais Hidrelétricas], vindas de condomínios e indústrias a serem instaladas no Estado. Tudo isso, engavetado e com mais de 10 anos sem uma solução. Só investimento nas áreas que eu citei,

são mais de R\$ 10 bilhões em Goiás. São milhares de empregos. Isso significa que seria contra o Meio Ambiente? Não. Cumpra-se a lei, autoriza-se o emprego e o investimento", defendeu Caiado.

Depois, ao falar sobre a desigualdade social, ele propôs a reflexão de que se não houvesse a lentidão do Estado nesses processos de licenciamento, os empreendimentos estariam funcionando e que isso é capaz de gerar novos empregos.

Pasta busca acabar com licenças partilhadas

O governador Ronaldo Caiado afirmou que a secretária Andrea Vulcanis tem trabalhado para acabar com as licenças partilhadas e que estas só servem para aqueles que apoiam a corrupção. Sobre isso, ele disse que o Estado está enfrentando o problema com firmeza. "Em todos os locais, Meio Ambiente, Detran, Economia (...) Não tem salvação para aqueles que quiserem continuar essa prática corrupta. Vocês vão sentir um momento novo", afirmou.

Para a titular da Semad, a desburocratização do setor ambiental em Goiás foi uma das metas estabelecidas desde o início pelo governador Ronaldo Caiado. "Logo que assumi a secretaria, em janeiro, fui perguntada sobre

os objetivos que tínhamos e sempre disse que era tornar a gestão do Meio Ambiente em Goiás 100% digital", disse. "Saímos de uma espera de três a quatro anos na emissão de uma outorga para apenas seis meses já neste primeiro ano de trabalho. Com certeza é uma entrega significativa do Governo de Goiás em pouco mais de nove meses de gestão", completa.

Sobre a presença do ministro em Goiânia, Caiado disse acompanhar o crescimento de Salles. "Conheço ele desde que tinha 17 anos, e é uma alegria enorme estar aqui num ambiente de investidores. Quero mostrar e sinalizar que a iniciativa privada vai ajudar na retomada econômica", disse. Além da redução do Estado, Caiado defendeu a

necessidade de garantir o direito de propriedade e disse "é preciso desmistificar que construções e melhorias são prejudiciais ao meio ambiente. Não existe nada mais nocivo ao meio ambiente que o desemprego e a pobreza", concluiu o governador. Para exemplificar sua fala, o governador citou como exemplo a poluição jogada no Araguaia. "Estive em Aragarças e o esgoto estava fluindo diretamente para o rio. Por isso, estamos fazendo o maior projeto de preservação ambiental do País de recuperação do Araguaia, esse grande patrimônio (...)", explicou.

O projeto Juntos Pelo Araguaia está sendo desenvolvido em conjunto com a Universidade de Viçosa, Universidade Federal de Goiás (UFG)

e a Universidade Estadual de Goiás (UEG) -, e deve ser entregue a Salles no mês de dezembro. "O ministro me deu garantias para implementar as condições orçamentárias para que o Juntos Pelo Araguaia seja colocado em prática, tão logo seja concluído o projeto executivo da recuperação do Araguaia."

"Vocês podem saber que esses governos que nos antecederam não foram cassados só por pedalada fiscal. Eles fizeram pedalada social. Queriam criar um estado paternalista, desestimulando a inovação", ratificou

Caiado ao citar que a visão ideológica e a complicação da legislação facilita a prática de corrupção no País. Governador ainda se mostrou aos empresários e construtores pre-

sentes no evento. "Estamos aqui para ajudá-los. Quem tiver projetos na área de loteamentos, na área turística e tudo o mais podem passar para nós, conversem com a secretária Andrea Vulcanis", disse. Sobre o evento O Seminário sobre Comunidades Planejadas, Loteamentos e Desenvolvimento Urbano do Brasil - Complan é realizado pela Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Brasil - ADIT Brasil. Teve início hoje (17) e vai até sábado (19) em Goiânia. Esta é a 9ª edição do evento que pretende colocar em pauta desafios de grandes projetos urbanísticos, bairros e comunidades planejadas, loteamentos e condomínios em todo o país. **(Especial para O Hoje)**

SAÚDE

Assembleia aprova projeto que inclui dependente provisório no Ipasgo

Texto segue para sanção do governador

17.10.19 - 12:00

Tweelar Share 0



Goiânia - A Assembleia Legislativa de Goiás aprovou de forma definitiva, na terça-feira (15/10), projeto de autoria do deputado Humberto Aidar (MDB) que obriga a inclusão da criança sob guarda provisória no Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo). Agora, o texto segue para o governador Ronaldo Caiado, que vai decidir se veta ou sanciona a proposição. Assim que recebido pelo gabinete civil, o governo tem 15 dias úteis para se manifestar.

O projeto altera a Lei nº 17.477, de 25 de novembro de 2011. A norma diz que “podem ser integradas apenas a criança que esteja sob a guarda do titular, desde que em processo de adoção, ou que esteja sob a guarda judicial do titular”. Não incluindo, portanto, o dependente com guarda provisória.

Humberto Aidar destaca que a inclusão do dependente provisório no Ipasgo não vai gerar nenhum gasto extra para a instituição. “Isso não vai pesar em nada para o Estado, até porque é um número pequeno de famílias e vai continuar descontando da mesma maneira. Então, é só abrir essa possibilidade. É para isso que estamos lutando”, argumenta o parlamentar.

O deputado argumenta diz que a ampliação do nicho atende ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz que crianças e o adolescentes têm direito à proteção à vida e à saúde. “Acho que é um avanço para o Ipasgo e uma garantia de qualidade de vida para as pessoas que têm essa atitude”, disse.

Ainda segundo o parlamentar, a inclusão respalda a família e auxilia o dependente que já está sob sua proteção. “Quando você assume a guarda provisória automaticamente você passa a assumir também todas as responsabilidades de uma criança e o processo de adoção pode demorar muito. A situação é injustificável”, diz o deputado.